



DIAGNÓSTICO SOCIAL

2020

9 - Justiça e Segurança Pública

Os serviços existentes na área da justiça e da segurança pública com jurisdição no concelho de Vila de Rei são os seguintes:

- Tribunais/Julgados de Paz;
- Cartório Notarial e Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial e Repartição de Finanças;
- Escritórios de Advogados e Solicitadores;
- Município de Vila de Rei (Serviços Municipais);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila de Rei;
- Proteção Civil Municipal;

Todos estes serviços estão centralizados na sede do concelho de Vila de Rei, encontrando-se acessíveis a toda a população, com a exceção dos tribunais que se encontram abrangidos por um mapa geográfico-jurisdicional específico.

No seguimento do novo Mapa Judiciário em vigor desde 1 de setembro de 2014, os Tribunais encontram-se distribuídos da seguinte forma, em razão de matéria, na Comarca de Castelo Branco:

Tabela n.º 9.1

	<i>Secções das Instâncias Criminais</i>	<i>Localização</i>
Instâncias Centrais	Cível	Castelo Branco
	Criminal	
	Instrução Criminal	
	Família e Menores	Castelo Branco e Covilhã
	Trabalho	Fundão
	Comércio	
	Execução	
Instâncias Locais	Competência Genérica	Sertã, Oleiros e Idanha-a-Nova
	Secções Cíveis	Castelo Branco, Covilhã e Fundão
	Secções Criminais	
	Secções de Pequena Criminalidade	X

Sobre a alteração ocorrida, importa fazer referência à alteração da localização do Tribunal de Família e de Menores que passou a estar sediado em Castelo Branco, quando anteriormente se encontrava na Sertã. Também em relação ao Tribunal das Execuções, os processos de valor superior a 50.000,00€ passaram para a competência do Tribunal de Castelo Branco, mantendo-se os valores inferiores na alçada do Tribunal de Sertã.

Tal facto demonstra que os residentes de Vila de Rei, em regra, terão de deslocar-se em média 100 km para tratar da grande parte dos seus litígios, sendo o Tribunal de Sertã, o mais próximo, a uma distância de quase 20 km, cingindo-se este a uma pequena percentagem das matérias litigiosas.

Acresce, ao anteriormente descrito, o problema da rede de transportes rodoviários entre Vila de Rei - Sertã - Castelo Branco e outros locais abrangidos pela comarca de Castelo Branco, a qual é deficitária, com reduzida frequência diária para responder às necessidades deste eixo viário.

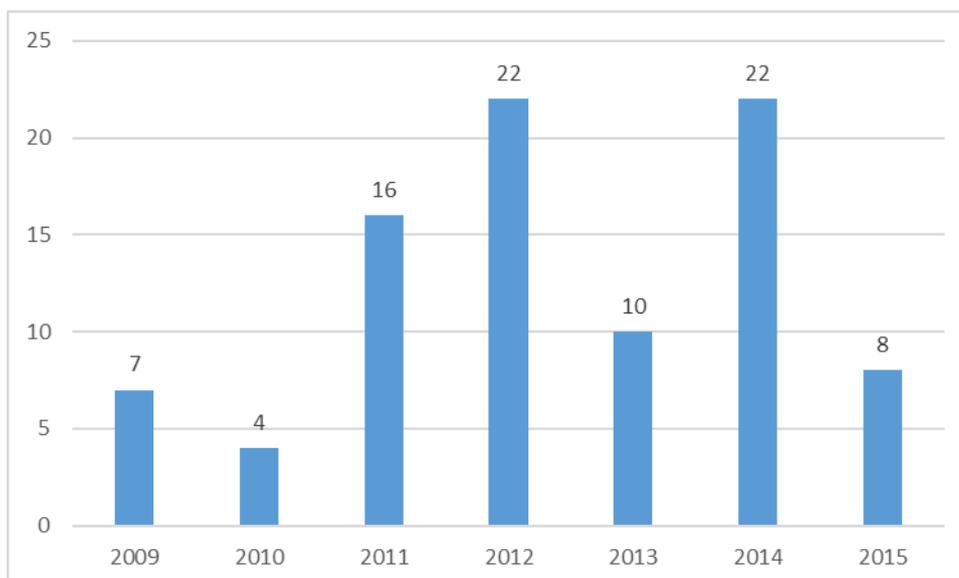
Como forma de colmatar este facto que consubstancia uma barreira ao acesso à justiça e à igualdade do acesso à justiça, foi estabelecido um protocolo de colaboração entre o Município de Vila de Rei e o Tribunal da Comarca de Castelo Branco, tendo sido o Serviço de Videoconferência para Diligências Judiciais inaugurado a 12 de fevereiro de 2016. Assim, este serviço veio minimizar o problema da deslocação aos tribunais da comarca, possibilitando, por videoconferência, a sua presença em algumas diligências.

Desde o ano de 2009 que se encontra instalado o Julgado de Paz no Município de Vila de Rei, o qual está integrado no Agrupamento de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

Os Julgados de Paz são tribunais com competência para resolver causas de valor reduzido (até €15.000) de natureza cível, excluindo as que envolvam matérias de Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito do Trabalho, de forma rápida e com custos reduzidos. Caracterizam-se por tribunais de proximidade, onde é possível resolver litígios por Mediação, se essa for a opção de ambas as partes, com a intervenção de um Mediador de Conflitos, cujo acordo será homologado pelo Juiz de Paz, ou por Julgamento, realizado por um Juiz de Paz.

No gráfico seguinte, apresentam-se os dados referentes aos processos que têm vindo a ser apresentados no Julgado de Paz de Vila de Rei:

Gráfico n.º 9.1



Número de Processos do Julgado de Paz de Vila de Rei. Fonte: Julgados de Paz de Vila de Rei, 2016

Analisando o gráfico apresentado, pode constatar-se um crescimento irregular no número de processos existentes de ano para ano, tendo este crescimento sido patente, essencialmente, após o terceiro ano de existência. A média de processos anual é de 12,7, com dados contabilizados até 2015.

No que diz respeito aos serviços de **Notário e Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial** e Repartição de Finanças, reportamo-nos aos principais atos notariais por escritura pública em Vila de Rei, elencados na Tabela seguinte.

Tabela n.º 9.2

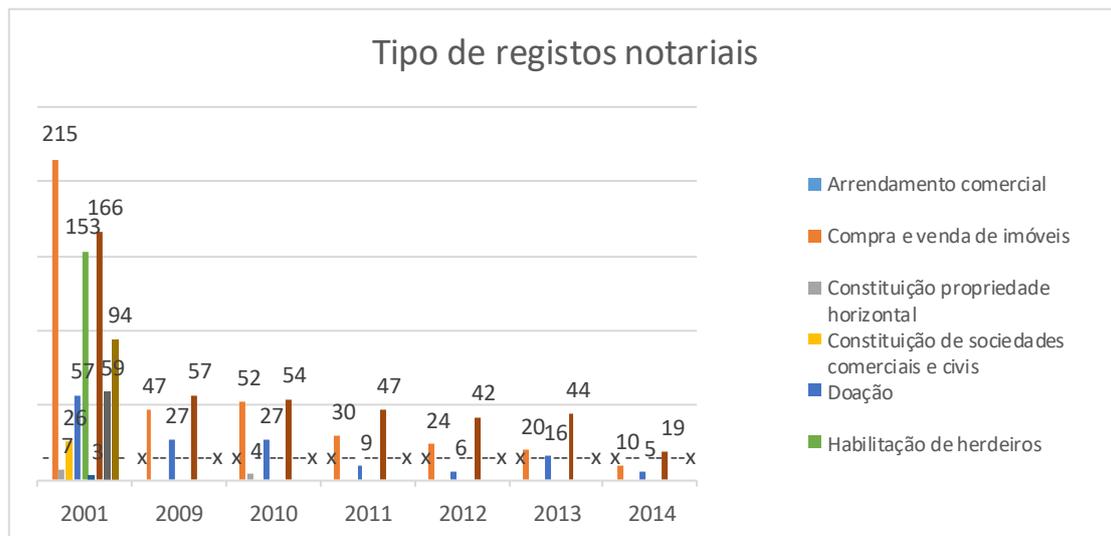
Localização geográfica	Total de Atos Notariais						
	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Vila de Rei	713	116	112	83	73	64	36

Atos notariais. Fonte: DGPI/MJ, através de www.pordata.pt a 16/03/2016

O número total de atos notariais diminuiu largamente entre 2001 e 2014, passando de 713 para 36, respetivamente.

Quanto ao tipo de registos notariais mais frequentes, estes são os de Justificação e de compra e venda de imóveis. Em 2001 registou-se uma maior variedade no tipo de registos notariais, ao passo que no último ano registou-se uma menor variedade.

Gráfico n.º 9.2



Tipo de registos notariais. Fonte: DGPI/MJ, através de www.pordata.pt a 16/03/2016

A oferta de escritórios de advogados e solicitadores têm-se mantido ao longo da última década, existindo no concelho um escritório de advogados e dois de solicitadores.

O Município de Vila de Rei disponibiliza um conjunto de serviços na área jurídica através do Gabinete de Apoio ao Múncipe, o qual abrange duas vertentes – uma valência social e uma valência jurídica. Neste seguimento, a caracterização dos serviços encontra-se na tabela seguinte.

Tabela n.º 9.3

<i>Objetivos</i>	<i>Descrição</i>
Aconselhamento Jurídico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação legislativa; ▪ Informação jurídica de direitos e deveres em geral; ▪ Orientação Jurídica (indicação de entidades a recorrer).
Informação e Orientação dos procedimentos da Administração Pública, referentes à Autarquia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação Legislativa; ▪ Informação sobre os meios de garantia dos direitos dos particulares; ▪ Apoio na elaboração de requerimentos e outras peças processuais.
Informação e orientação dos direitos e deveres na Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Admissão de sugestões, queixas e pedidos dos Múncipes
Informação técnica sobre	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio realizado junto dos diversos serviços administrativos

processos administrativos da Autarquia	da Autarquia.
---	---------------

Gabinete de Apoio ao Múncipe. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016

Este gabinete tem por objetivo a prestação de informações e orientações adequadas aos pedidos apresentados pelos múnicipes, no âmbito da sua relação com a Administração Pública, bem como de uma forma geral, com os direitos e deveres civis, com a orientação para as entidades legalmente correspondentes.

Paralelamente, o município possui ainda um Gabinete de Apoio ao Emigrante, que nasceu de um Acordo de Colaboração com a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, em março de 2004.

Na tabela seguinte apresenta-se de forma esquematizada a caracterização do mencionado gabinete.

Tabela n.º 9.4

<i>Objetivos</i>	<i>Descrição</i>
Cooperação na preparação da saída para o estrangeiro de portugueses	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação e apoio legislativo;
Cooperação na prevenção de atividades ilícitas referentes à emigração	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação legislativa; ▪ Divulgação de informação;
Apoio aos portugueses residentes no estrangeiro regressados temporariamente ou definitivamente a Portugal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver a articulação interdepartamental a nível de cada região ▪ Informação das especificidades legislativas conexas com a emigração (Segurança Social, Investimento e ensino, Benefícios Fiscais e Sociais, Equivalências e reconhecimento de cursos) ▪ Aconselhamento Jurídico (Garantia dos direitos adquiridos, Imposto Automóvel, Dupla-Tributação, Registo predial e civil, Revisão de Sentenças Estrangeiras);
Acolhimento de portugueses regressados a Portugal em	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio em conjugação com a Rede Social existente.

situação de doença e outra forma de vulnerabilidade	
--	--

Gabinete de Apoio ao Emigrante. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016

O Município de Vila de Rei deu início ao procedimento de candidatura de Espaço do Cidadão (um na sede do concelho e outro na freguesia de Fundada), que tem ao seu dispor um conjunto diversificado de alguns serviços em relação às seguintes entidades: ACT, ADSE, DGLAB, IGAC, IHRU, Ministério da Saúde (Serviços Partilhados), DGC, SEF, ISS, CGA, IMT, IEF, AMA. Estas entidades representam-se neste espaço apenas com alguns serviços, mas cuja tendência será a de aumentar a sua oferta. Este serviço contribuirá para uma desconcentração dos serviços públicos e uma maior proximidade à população cada vez mais anciana, proporcionando a desconcentração do seu acesso.

As questões de Segurança Pública da população de Vila de Rei estão afetadas à Guarda Nacional Republicana, cujo quartel se encontra sediado na sede do concelho e é composto pelo Posto Territorial de Vila de Rei, do Comando Territorial de Castelo Branco.

A GNR de Vila de Rei integra vários programas/projetos e comissões sociais que decorrem no concelho e que são desenvolvidos em parceria com outras entidades:

- Rede Social;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Rede Social;
- Conselho Municipal de Segurança;
- Comissão Municipal de Educação;
- Comissão de Proteção do Idoso em Risco;
- Programa de Teleassistência;
- Projeto “Um amanhã mais humano”.

Entre os muitos serviços que prestam, esta força de segurança efetuou, no período de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, 820 patrulhas na área do Concelho, no âmbito da proteção de pessoas e bens.

A GNR tem vindo a desenvolver programas junto da população mais idosa numa perspetiva de prevenção para situações de furto, roubo e burla, e de idade escolar, numa perspetiva de prevenção rodoviária.

No que diz respeito à criminalidade, importa referir que, no período 2001-2007, o número de crimes diminuiu. Posteriormente, verificou-se um aumento superior a 100% até ao ano de 2010, onde atingiu um “pico” de 119 crimes.

Gráfico n.º 9.3



Número de crimes registados; Fontes: Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça; Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça

Essa tendência alterou-se, tendo vindo a diminuir o número de casos reportados, atingindo-se o número de 73 crimes (no ano de 2014).

No geral, poder-se-á concluir que a taxa de criminalidade no concelho aumentou até 2011 (excetando, os anos de 2005 e 2007), entrando depois numa trajetória de decréscimo. Mais ainda, importa referir que em todos os anos considerados, a taxa de criminalidade do concelho foi inferior quer à de Portugal, à do continente ou da zona Centro.

Em 2010, foi registada a taxa mais elevada de criminalidade no concelho (34,3 ‰), ao passo que a taxa mais baixa foi registada no ano de 2007 (12,1‰), conforme se poderá constatar na tabela seguinte.

Tabela n.º 9.5

Localização geográfica	Taxa de Criminalidade (‰)													
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Portugal	33,9	36,1	38,6	39,4	40,1	40,5	40,9	37,9	38,1	37,5	39,7	39,9	37,5	35,8
Continente	32,8	34,9	37,3	38,0	38,6	38,7	38,9	36,7	37,1	36,5	38,6	38,7	36,6	34,7

DIAGNÓSTICO SOCIAL



Centro	28,1	30,0	32,8	32,8	33,3	33,5	32,9	29,8	30,8	31,1	31,2	30,9	29,4	26,2
Vila de Rei	21,4	26,7	25,2	30,8	34,3	21,9	16,8	12,1	14,8	12,5	17,1	18,2	15,6	14,8

Taxa de criminalidade; Fontes: Taxa de criminalidade (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça; Taxa de criminalidade (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça

Em Vila de Rei, a taxa de criminalidade contra o património é sempre superior à taxa de criminalidade contra as pessoas, um bom indicador de que não está a aumentar a *grande criminalidade* (homicídios, crime organizado, etc.) nestes territórios. Neste concelho predominam, essencialmente, os pequenos delitos, conforme gráfico seguinte.

Gráfico n.º 9.4



Taxa de criminalidade (%) por localização geográfica (NUTS-2002) e Categoria de crime; Anual – Direção-Geral da Política de Justiça

ANÁLISE SWOT

Os agentes públicos, ao longo das últimas décadas tem vindo a modificar a sua *performance* perante os sujeitos a quem dirigem a sua atividade e, em concreto, os municípios que cada vez mais, dada a sua proximidade com as populações, prestam o serviço público com uma maior preocupação e rigor.

É neste contexto que se desenvolve a análise SWOT, uma avaliação global das principais potencialidades, constrangimentos, ameaças e oportunidades, abrindo o caminho para um planeamento de intervenção adequado às necessidades impostas neste setor público.

Assim, no âmbito da Justiça e da Segurança Pública importa considerar os seguintes fatores internos:

ANÁLISE SWOT	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao serviço de videoconferência; <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização privilegiada; • Maior proximidade com a população; • Serviço rápido e com custos reduzidos; • Acessibilidade a um serviço de mediação; • Tribunal de pequena instância abrangendo aqueles casos que por ter um valor diminuto não justifica o recurso à justiça pela morosidade dos tribunais judiciais; • Boas práticas com o contacto com os utentes; • Elevado grau de satisfação dos utentes; <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização privilegiada; • Atendimento com curtos níveis de espera; <p>Escritório de Advogados e Solicitadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização privilegiada; <p><u>Guarda Nacional Republicana:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização privilegiada; • Instalações recentes e adequadas; • Relacionamento estratégico com outras entidades públicas; <p><u>Município de Vila de Rei:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização privilegiada; • Grande capacidade de articulação com outros serviços; • Relacionamento estratégico com outros serviços públicos; 	<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Distâncias longas para acesso aos tribunais (20 a 130 Km); • Rede de transportes deficitária entre Vila de Rei / Sertã / Castelo Branco e outros locais abrangidos pela Comarca de Castelo Branco; <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de cultura de litigância; • Erro de associação do conceito Julgado de Paz, como Tribunal; • Atendimento diário com horário parcial; <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Competências restritas para os casos fora dos procedimentos mais comuns; <p><u>Escritório de Advogados e Solicitadores:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Competências restritas para os casos fora dos procedimentos mais comuns; <p><u>Guarda Nacional Republicana:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos humanos, no período noturno; <p>Município de Vila de Rei:</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Boas práticas no contacto com os utentes; • Concentração dos serviços municipais; 	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço de videoconferências; <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alteração legislativa que alterou o valor máximo das ações passando para €15.000, podendo abranger mais questões de litigância; • O tribunal de Julgado de Paz de Vila de Rei é o mais próximo da população de Mação <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Prazos de espera mais longos nas entidades equiparadas nos concelhos limítrofes; <p>Escritório de Advogados e Solicitadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferta reduzida por parte de outros profissionais do setor, no concelho; <p>Guarda Nacional Republicana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O posto mais próximo encontra-se a uma distância de, aproximadamente, 20 Km; <p>Município de Vila de Rei:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo de emigrantes que em fase de reforma passam, parcial ou totalmente, mais tempo no concelho (por ano); 	<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alteração do Mapa judiciário, em vigor desde 1 de setembro de 2014; <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura de Tribunal de Julgado de Paz, no concelho de Mação; <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população; • Inexistência de cadastro geográfico; <p>Escritório de Advogados e Solicitadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco hábito de consultoria jurídica preventiva; • Baixos rendimentos da população; <p>Guarda Nacional Republicana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população; <p>Município de Vila de Rei:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população.